

AFET(AÇÕES): UMA CARTOGRAFIA SOBRE OS ENCONTROS RIZOMÁTICOS ENTRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA E MULHERES USUÁRIAS DE UMA UBS

Rafael Yukio Nozima¹

Rebecca Garcia Santos²

Bárbara Cossetin Costa Beber Brunini³

Resumo: Este artigo de revisão bibliográfica floresce a partir das linhas de experimentações que emergiram das performances de duas estagiárias do curso de Psicologia, em meio à sua jornada no Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório Específico I. A travessia ocorre pelos corredores de uma Unidade Básica de Saúde, pelos espaços acadêmicos e encontros com mulheres adultas e idosas, usuárias das políticas públicas. A escrita do presente trabalho opta por uma linguagem que subverte normas tradicionais, indo de encontro com as reflexões acerca das intervenções em Psicologia e a produção de saber sobre o gênero feminino. Em adição, utiliza-se da metodologia da Cartografia Social, abordagem que mapeia e representa experiências, saberes e realidades sociais de comunidades, destacando os afetos e identidades presentes nesses contextos, afirmando que, para conhecer, é preciso intervir e mergulhar nas implicações da pesquisa. Sinaliza assim, uma direção ética e política na formação acadêmica, constituída no caminho da escuta e na potencialização dos eventos que acontecem no “entre espaços”, referenciando a importância das afetações vivenciadas enquanto cartógrafas.

Palavras-chave: Cartografia Social; Mulheres; Saúde pública; Formação acadêmica; Psicologia.

AFFECT(ACTIONS): A CARTOGRAPHY ABOUT THE RHIZOMATIC ENCOUNTERS BETWEEN ACADEMIC DEGREE AND WOMEN USERS OF A UBS

ABSTRACT: This bibliographic review article flourishes from the lines of experimentation that emerged from the performances of two Psychology interns, during their journey in the Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório Específico I. The journey takes place through the corridors of a Unidade Básica de Saúde, through academic spaces and meetings with adult and elderly women, users of public policies. The writing of this work opts for a language that subverts traditional norms, meeting the reflections on interventions in Psychology and the production of knowledge about the female gender. In addition, it uses the methodology of Social Cartography, an approach that maps and represents experiences, knowledge and social realities of communities, highlighting the affections and identities present in these contexts, affirming that, in order to know, it is necessary to intervene and dive into the implications of the research. It thus signals an ethical and political direction in academic training, constituted on the path of listening and enhancing the events that happen in the “between spaces”, referencing the importance of the affectations experienced as cartographers.

Keywords: Social Cartography; Women; Public health; Academic graduation; Psychology.

¹ Acadêmico do 4º ano do Curso de Psicologia da Universidade Paranaense - UNIPAR. Endereço: Rua Aricanduva, nº 4222, Umuarama - PR. E-mail: rafael.nozima@edu.unipar.br.

² Acadêmica do 4º ano do Curso de Psicologia da Universidade Paranaense - UNIPAR. Extensionista no Centro de Psicologia Aplicada da Universidade Paranaense - UNIPAR. Endereço: Praça Juscelino Kubitschek, nº 3711, Umuarama - PR. E-mail: rebecca.s@edu.unipar.br.

³ Psicóloga graduada pela Universidade Paranaense - UNIPAR. Mestre em Ciências da Educação pela UTCD. Mestre em Psicologia e Sociedade pela UNESP/ Assis. Doutora em Psicologia pela UEM - Universidade Estadual de Maringá. Docente do Curso de Psicologia na Universidade Paranaense - UNIPAR. Endereço: Rua Bartira, 2745. Umuarama - Pr.; E-mail: barbrunini@prof.unipar.br.

Introdução: um convite para nossos escritos

A escrita/intervenção deste trabalho é conferida por meio de estações para abarcar as coletâneas desta jornada, entendendo que ela acontece em paradas, retornos e avanços, abarcando os encontros com as mulheridades inseridas em todo o processo de afet(ações), decorrentes da prática de estágio em uma Unidade Básica de Saúde.

Infiltramo-nos no território como duas cartógrafas e estagiárias do quarto ano do curso de Psicologia, buscando as pistas que mapeiam os afetos, povoam o entre e florescem nos encontros. Encontros esses que transcenderam o campo de atuação, fazendo-se presentes desde as orientações, produções e conversações em assembleia no decorrer do estágio. Essas afet(ações) foram registradas em diários de campo, que germinaram nesta produção, em conjunto dos florilégios de leituras realizados ao longo do percurso, com um enfoque especial no contato com obras de autoras feministas, negras e latinas.

Logo de início, conduzimos a escrita optando pelo uso do pronome feminino, como uma forma de subverter a norma tradicional e arbitrária, trazendo à tona as vozes e existências historicamente silenciadas, quando elas são generalizadas pelo uso do plural no masculino. Ainda que este trabalho seja produzido por uma autora e um autor, fizemos essa escolha de forma consciente para marcar a importância de não se marginalizar as mulheres, tanto na linguagem quanto nos espaços de saber e produção de conhecimento, rompendo com o apagamento imposto pela gramática dominante, motivadas por um ato político e simbólico de visibilidade. Em adição, escolhemos trazer os nomes completos das autoras na primeira menção em que elas aparecem no texto, uma vez que os sobrenomes, na maioria das vezes, são oriundos de homens – pais e cônjuges (Helena Miranda dos Santos, 2013).

Afirmando que o intervir da cartógrafa é dado pelo movimento, pela variação contínua de sua ação e seus fazeres, este artigo foi desenhado por um conjunto de linhas em conexão, as quais possuíam como intenção coletivizar a experiência do trajeto da formação-intervenção. Isso porque é no coletivo de forças que o plano de experiências ocorre e nele a cartógrafa realiza seu caminho.

Cartografar é o experimentar do cruzamento das múltiplas forças que se produzem nos encontros, na enunciação, no compartilhamento e na implicação dessas comunicações transversais. Implicadas estamos todas em qualquer atividade de produção de conhecimento, de aprendizados locais, de uma formação em Psicologia que instigue a saída da neutralidade academicista para as situações eleitas como da ordem do acontecimento.

Alvarez e Passos (2020, p. 135) anunciam essa aprendizagem como “um trabalho de cultivo e refinamento”, lembrando os escritos de Deleuze e Guattari (1997, p. 132) de que “o território é, ele próprio, lugar de passagem”. Por isso, não se trata de um estágio que propôs um objeto a ser pesquisado, um sujeito ou grupo de sujeitos, mas uma vivência com alguém, no sentido de compor, com essas pessoas, o território existencial e múltiplas potências profissionais.

Assim, intervimos com essa multiplicidade de narrativas e afetos que atravessam o gênero feminino e se refletem nas demandas de saúde mental do ser e estar mulher, enquanto usuárias do Sistema Único de Saúde. Nesse sentido, havemos de reconhecer a existência de importantes níveis de desigualdade de diversas ordens na sociedade brasileira, fazendo com que as condições de acesso de diferentes segmentos da população aos bens e serviços de saúde sejam desiguais (Dulce Ferraz; Juny Kraiczuk, 2010).

Enquanto cartógrafas, enunciando esse papel, reconhecemos nosso lugar de aprendizes, mantemo-nos disponíveis à experiência para além da localização do nosso corpo em territórios aparentemente já conhecidos pela formação acadêmica. De tal modo, viajamos com a escrita deste artigo, no sentido vivencial e teórico, pois não só o corpo, mas todo o conjunto de atividades que foram propostas pretendiam e realizaram esses deslocamentos, indo ao encontro de autoras outras que não se resignam ao hegemônico, mas desafiam fronteiras e (re)criam linhas de fuga, mostrando a arte inventiva de ser e estar mulher, transformando e movimentando seus territórios subjetivos, de forma a abranger o coletivo de mulheridades, as quais florescem em toda nossa viagem entre escutas e narrativas.

O atravessamento entre os territórios vivenciais, o intervir, a posição política assumida como estagiárias agenciam nossa territorialização enquanto cartógrafas que se afetam ao experimentar *fazer-se com* esses encontros. Desse modo, como nos sugere Conceição Evaristo (LIV, 2021), “a gente só aprende realmente aquilo que sente”, pressupondo que, em cada parada, em cada chegada ou partida, o corpo aprendiz se entrelaça às potencialidades da comunidade e acolhe essas vozes femininas em suas queixas e demandas nos serviços de saúde pública, onde alocamos nossos corpos acadêmicos durante a miragem de cada estação desta escrita.

Estação I - Abra(SUS): sobre os afetos que surgem nos encontros entre a formação acadêmica e a intervenção em Psicologia

“Que possa ser leve mas não fraco de acontecimentos,
que possa se potente mas não com cobranças infinitas

que possa ser desafiador mas não descontente...”

(Bárbara Cossetin Costa Beber Brunini)

Cabe iniciar esta estação dialogando a respeito do Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório Específico I, sendo esse um elemento intrínseco para a formação em Psicologia, uma vez que esse componente curricular dá suporte para as estagiárias na jornada acadêmica, indo além da universidade. Por esse motivo, é capaz de fomentar a formação acadêmica por meio de vivências e experiências em diversos contextos, além de proporcionar um contato com a atuação profissional e com o mercado de trabalho, sendo uma prévia da prática na área.

De acordo com o Regulamento do Estágio Supervisionado Específico do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Paranaense (UNIPAR), art. 7.º:

O objetivo geral dos Estágios Supervisionados Específicos é introduzir o acadêmico em práticas profissionalizantes integrativas, desenvolvendo competências, habilidades e conhecimentos definidos pelas ênfases curriculares ofertadas pelo curso e assegurar o contato do acadêmico com situações, contextos e instituições, através de práticas de intervenção psicológica individuais e/ou coletivas. (Unipar, 2024, p. 3)

Em conformidade com o Conselho Federal de Psicologia (2013), o estágio específico tem por objetivo o desenvolvimento de práticas promotoras dos saberes, habilidades e competências necessárias para a formação da profissional da área, levando em conta cada uma das ênfases curriculares propostas pela graduação. Nesse sentido, as ênfases são definidas como “[...] conjuntos delimitados e articulados de competências e habilidades ligadas a algum domínio da Psicologia, dentre aquelas que integram as competências gerais da (o) psicóloga (o), nos quais o curso propõe uma concentração de estudos e práticas” (CFP, 2013, p. 13).

Sendo assim, durante o decurso, fomos convocadas a decidir entre duas ênfases curriculares: processos clínicos e processos psicossociais. Dessa forma, deparamo-nos com uma bifurcação na trilha do devir psicóloga, momento imprescindível para a construção e a graduação da Psicologia em nós. Contudo, compreendemos que tal ato se trata de uma decisão, e não de uma definição do nosso ser/estar *psi*, uma vez que a separação não deve ser experienciada como uma especialização prévia, e sim como uma possível fonte de conhecimento teórico e técnico, sem perder de vista as diversas possibilidades emergentes nos diversos fluxos de atuação profissional.

Diante disso, trilharmos nosso processo de escolha pelas linhas que nos movimentaram até a ênfase psicossocial, na qual habita o nosso desejo, fazendo, assim, brilhar os nossos olhos e pulsar o cor(ação). Chegamos até aqui convictas de que essa escolha

tem conexões com os tensionamentos que compõem a renda de afetos e vivências experienciados neste percurso acadêmico - e para além dele, atravessando o nosso corpo/território e permeando nossas subjetividades. Assim, mergulhamos em meio a leituras, aulas, orientações e práticas - tanto as vibrantes, dançantes e extasiantes, que festejam o frisson e celebram a multidão das diferentes narrativas; como as acalentadoras, acolhedoras e hospitaleiras, enquanto um refúgio para os processos de metamorfose que abarcam o caminho. Ademais, não podemos deixar de mencionar as leituras dolorosas, que rasgam as carnes das certezas e expõem as vísceras de todo o âmago, ardendo as escaras para nos alertar sobre aquilo que precisa ser sentido, cuidado e cicatrizado, sendo capazes de mostrar que, às vezes, é preciso transfundir o sangue para correr nas veias de novo a potência.

Conforme compreendemos, a abordagem psicossocial considera a interconexão entre aspectos sociais e psicológicos, contemplando o sujeito em sua totalidade e reconhecendo que nossa história de vida é sempre moldada por redes de relacionamentos sociais e familiares, bem como por experiências culturais cotidianas. Sendo assim, o sujeito é visto como um ser integrado, que interage com o mundo ao seu redor e também é atravessado por ele. Nesse sentido, a intervenção implica uma imersão na realidade, questionando práticas estabelecidas e adotando posturas transformadoras embasadas na potencialização. No âmbito da intervenção psicossocial, é indispensável enfatizar a relevância do diálogo como pilar fundamental dessas estratégias, promovendo a troca de ideias e a construção conjunta de significados. Tal fato permite a expressão dos diversos atores participantes, rejeitando formas de desigualdades sociais; assim, é possível reconhecer o sujeito como um agente ativo e capacitado para desterritorializar as estruturas estabelecidas, o que contribui para uma análise crítica das mudanças nos processos sociais (Edvânia dos Santos Alves; Ana Lúcia Francisco, 2009).

Assim, assumir o olhar psicossocial, orientando a população na busca de reconhecimento, ou melhor, de conhecimento de seus deveres e direitos implica fortalecer agentes de saúde mental na construção de seus próprios projetos e na conquista de espaços sociais, visando à convivência comunitária saudável em que o respeito, à singularidade, as diferenças sejam condições fundamentais para relações socialmente éticas e justas. (Alves; Francisco, 2009, p. 778)

A escolha do campo de atuação em que as duas estagiárias se infiltraram foi uma decisão necessária em consonância com o projeto proporcionado pela professora orientadora do estudo, intitulado “SUS total e de todas: Atenção especializada à saúde da mulher adulta e idosa”, com o objetivo de levar as acadêmicas a visualizar, potencializar e provocar ações/intervenções, na prática profissional, de forma a auxiliar na resolutividade das demandas voltadas à saúde mental da mulher adulta e idosa, à diversidade de gênero e suas

interseccionalidades, situadas em uma Unidade Básica de Saúde, de uma cidade localizada na região noroeste do Paraná. Tendo como subsídio a perspectiva esquizoanalítica e o método da cartografia social, e enriquecidas com florilégios de leituras feministas, infiltramos nossos corpos da diferença nos encontros com o inédito, enquanto possibilidade para um passeio construído no “com” e no “entre” os diversos pulsares de vida que nos movimentam.

Diante disso, nossa primeira parada se deu na estação de pesquisa/intervenção acerca do Sistema Único de Saúde, tendo em vista sua produção e transformação de cuidado, atenção, promoção de saúde, prevenção de doenças e, principalmente, quanto à integralidade dos serviços, entre eles, o direito à saúde mental. Dialogicamente, referenciamos a clássica declaração da Organização Mundial da Saúde (1978) que, desde a sua admissão, destaca a importância da saúde mental, e conforme define a própria agência internacional, o conceito de saúde não se limita simplesmente à ausência de doença ou enfermidade, mas está relacionado a um estado de completo bem-estar físico, mental e social.

Dessa maneira, trazemos à tona a Lei 8.080/90, que rege todo o Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, conforme delineado pelo Ministério da Saúde (1990), essa legislação estabelece as diretrizes para a padronização de intervenções e serviços de saúde em todo o território nacional. Em acréscimo, os Cadernos de Atenção Básica (Brasil, 2013a, p. 13) salientam que:

O SUS, sem dúvida, é atualmente um dos maiores exemplos de política pública no Brasil. Esse sistema, fruto de debates e lutas democráticas na sociedade civil e nos espaços institucionais do Estado brasileiro, sobretudo do movimento da reforma sanitária (um “movimento de movimentos”), foi afirmado na Constituição de 1988, alicerçado na premissa da saúde como direito de todos e dever do Estado e em princípios e diretrizes como a universalidade, equidade, integralidade, descentralização e controle social.

Sendo assim, conforme citam Crystiane França Silva Castro e Daniela do Carmo Kabengele (2021), esse dispositivo é firmado por meio de um leque de ações e serviços, delineados pelas esferas federais, estaduais e municipais. Logo, constitui-se a partir de um gerenciamento tripartite, estabelecendo-se de forma direta e indireta, no intuito de atuar a favor da democratização dos direitos dos cidadãos para o acesso à saúde e, por não ter caráter restrito, possibilita a abrangência de todos aqueles que necessitarem de sua atenção e cuidado, rompendo com a centralização do serviço. Ademais, as autoras salientam que, conforme os princípios norteadores do SUS, esse sistema é convocado a estar disposto a escutar as usuárias de forma ativa, (re)conhecendo os atravessamentos e as subjetividades que abarcam todo o seu corpo/território, para, assim, lançar seu olhar para as suas necessidades e demandas, buscando sua potencialização de vida. As pontuações de Castro e Kabengele (2021, p. 5),

autoras supracitadas, citando as ideias de Ballarin, Ferigato e Carvalho (2010), afirmam que “o cuidado, num sentido político, refere-se às ações que emancipam o indivíduo por meio da conscientização dos seus problemas, conferindo a ele lugar fundamental nas decisões que serão tomadas acerca de seu próprio processo de saúde e doença”.

Conforme delimitado pelo Ministério da Saúde (2024), a Atenção Primária à Saúde (APS), ou Atenção Básica, é o primeiro nível de atenção em saúde, definido como um conjunto de ações voltadas para o bem-estar, tanto individual quanto coletivo. Esse tipo de atendimento engloba a promoção e a proteção da integridade física e mental, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da vitalidade, objetivando desenvolver uma abordagem integral que tenha um impacto positivo na situação de saúde das comunidades.

Dessa forma, a APS se caracteriza como a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde e do centro de comunicação com toda a Rede de Atenção do SUS, sendo orientada pelos mesmos princípios, com o dever de garantir a acessibilidade, a continuidade do cuidado, a integralidade da atenção, da responsabilização e da humanização. Por isso, funciona como um filtro capaz de organizar o fluxo dos serviços nas redes de saúde, dos mais simples aos mais complexos (Brasil, 2024), desenvolvendo uma atenção integral com impacto na situação de bem-estar e autonomia das pessoas, nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades, diante de um alto grau de descentralização e capilaridade próximas à vida das pessoas. Ademais, considera o sujeito em sua singularidade e inserção sociocultural, concebendo as intervenções na realidade do dia a dia do território, com as especificidades dos pacientes e de suas comunidades (Brasil, 2013a, p. 19).

A APS utiliza as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) como equipamentos essenciais para fornecer atenção integral à saúde básica, sendo assim, são estrategicamente localizadas em áreas de fácil acesso, integrando-se ao cotidiano da população e desempenhando um papel crucial na garantia do acesso a serviços de saúde voltados à potencialização da coletividade (Maria Alice Gomes; Pinto; Cunha, 2021). Reiterando a função da APS, reforçamos que o trabalho na Atenção Básica é longitudinal; logo, o cuidado à saúde das pessoas deve acontecer ao longo do tempo, tratando-se de um acompanhamento contínuo, a partir de um processo construído por meio da proximidade com o usuário, seu território e sua realidade, resultando em uma esperada fortificação do vínculo entre o profissional de saúde e o usuário (Brasil, 2013b, p. 25).

Sendo o sujeito de nossa prática/encontros as usuárias de uma Unidade Básica de Saúde, faz-se necessário aprofundarmo-nos no que é proposto pela Política Nacional de

Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), documento criado “[...] em parceria com diversos setores da sociedade, em especial com o movimento de mulheres, o movimento negro e o de trabalhadoras rurais, sociedades científicas, pesquisadores e estudiosos da área” (Brasil, 2004, p. 5). Nele, prioriza-se a saúde feminina, além de se refletir sobre o compromisso com a implementação de políticas de saúde que promovam a garantia dos direitos humanos das mulheres, incorporando a integralidade e a promoção de saúde como princípios norteadores, especialmente sob o enfoque de gênero.

Conforme a PNAISM, a saúde engloba variados aspectos da vida, como a relação com o meio ambiente, o lazer, a alimentação e as condições de trabalho, moradia e renda (Brasil, 2004). Contudo, quando analisamos a partir das lentes do gênero feminino, a qualidade desses fatores é significativamente agravada, devido à discriminação nas relações de trabalho e a sobrecarga com as responsabilidades e os afazeres domésticos, por exemplo, realçadas ainda mais por outras variáveis, como raça, etnia e situação de pobreza, ampliando as desigualdades entre homens e mulheres; fatores que podem até mesmo estar associados à vulnerabilidade frente a certas doenças e causas de morte, dada a assimetria nas relações sociais no Brasil (Brasil, 2004).

Abarcamos nesta escrita/travessia a importância e a potência do feminismo e de poder construir e produzir “junto” e “com” mulheres, em suas múltiplas intersecções, na busca por qualidade de vida, a garantia de direitos sociais, escutando as pistas do método cartográfico durante esta trajetória. Tencionamos e desejamos que este percurso seja de abertura, de criar, dar passagem para as linhas e afetações, permitindo ter a sensibilidade de compor e estar junto das mulheridades, as quais não de nos atravessar.

Por isso, este passeio contempla as miragens de estudos das prerrogativas e significações do gênero em nossa sociedade. Nesse sentido, localizam-se em um corpo-território de acadêmicas, pesquisadoras, cartógrafas e agentes de transformação, dialogando junto às mulheridades e todas as suas bagagens que ali no entre perpassam, além de promoverem a reflexão e o pensar-sentir acerca dos corpos femininos plurais que transversalizam nossa prática e se manifestam em cada via do ser/estar/fazer mulher. Assim, foi essencial exercitarmos o lugar de escuta, remontando às produções femininas e feministas decoloniais, acolhendo os determinantes históricos, geográficos, étnicos e culturais.

Estação II - “E eu não sou uma mulher?”: um panorama sobre os estudos do gênero feminino

Ao destacar o enfoque da saúde mental nos direitos e nas políticas públicas voltadas às mulheres, compreendemos que as condições culturais, sociais e econômicas existentes em nosso país implicam consequências na saúde psíquica feminina, principalmente quando as contínuas desigualdades de gênero, arraigadas em nossa sociedade, incumbem “[...] à mulher uma postura de subalternidade em relação aos homens” (Brasil, 2004, p. 44). Essas disparidades podem ser observadas na discrepância salarial entre homens e mulheres, na concentração de trabalhadoras em profissões precarizadas, no acesso minoritário delas em espaços de decisões políticas e econômicas, nos números de violência doméstica e sexual, nas duplas e triplas jornadas de trabalho, nas atribuições de cuidado à família estabelecidas como dever da mulher, entre diversos outros aspectos que limitam o desenvolvimento e comprometem a saúde mental do público feminino.

Assim, antes de traçar um panorama dos estudos sobre o gênero feminino, é essencial destacar que não buscamos aqui definir o conceito de gênero de maneira fixa ou definitiva, pelo contrário, procuramos entender a sua possibilidade de (re)criação, (re)interpretação, considerando todos os contextos subjetivos, históricos e as relações de poder que o perpassam. Desse modo, navegamos por uma perspectiva de panorama, oferecendo uma visão ampla, que se estende em todas as direções e abarca inúmeras possibilidades. Firmadas com o pensamento de nossa querida orientadora, percebemos “[...] ser possível (re)criar todas estas diferentes formas de viver os feminismos, de outros lugares, outras experiências, sem necessariamente proibir ou aniquilar a presença de uma teoria para assumir outra, mas sentir cada uma delas” (Bárbara C. C. B. Brunini, 2022, p. 19).

Para a historiadora Joan Wallach Scott (1989), a ideia de gênero seria uma construção, ou seja, uma criação inteiramente social das ideias sobre os papéis apropriados para homens e mulheres; por isso, constitui-se como uma noção distinta do sexo biológico, que é decorrente das características físicas e anatômicas dos indivíduos. De outro modo, o gênero se constrói como uma categoria moldada a partir das normas e papéis que a sociedade atribui aos indivíduos com base em seu sexo. De acordo com a autora, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1989, p. 11).

Sendo assim, como sugere Scott (1989), o uso desse conceito se dá como uma categoria de análise histórica, fomentando a amplificação de diálogos em relação aos processos que formam e reproduzem as invisibilidades do ser e estar mulher, abarcando a produção de conhecimentos do que é gênero e seus atravessamentos históricos. Logo, a importância do gênero como categoria de análise não se reduz à descrição do feminino ao

longo da história, mas sim procura evidenciar as discrepâncias entre os gêneros e tensionar modificações acerca das representações dos grupos historicamente marginalizados, em razão de sua raça, etnia, classe social, bem como pelo gênero (Jacy Correa Curado; Ana Maria Jacó-Vilela, 2021, p. 3-4).

Por isso, destacamos a necessidade de se:

[...] examinar gênero concretamente, contextualmente, e de considerá-lo um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo. Esta é, ao mesmo tempo, uma postura familiar para o historiador e uma maneira profundamente nova de pensar sobre a história. Pois questiona a confiabilidade de termos que foram tomados como auto-evidentes, historicizando-os. A história não é mais a respeito do que aconteceu a homens e mulheres e como eles reagiram a isso, mas sim a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidade foram construídos. (Scott, 1994, p. 19)

Curado e Jacó-Vilela (2021), ampliando o conceito de gênero, abordam as ideias da autora, filósofa e pós-estruturalista Judith Butler. Ela concebe gênero a partir da noção de performatividade, problematizando as concepções estabelecidas sobre gênero e sexo. Dessa forma, rompe com a dicotomia entre o gênero e o cultural em um polo, e o sexo e o natural em outro. Assim, compreende-se que gênero não deve ser visualizado como uma concepção enrijecida e imutável, considerado exclusivamente a partir do fator biológico.

Nesse sentido, o gênero não é de modo algum uma identidade estável nem locus de agência do qual procederiam diferentes atos; ele é, pelo contrário, uma identidade constituída de forma tênue no tempo – uma identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de atos. Além disso, o gênero, ao ser instituído pela estilização do corpo, deve ser entendido como a maneira cotidiana por meio da qual gestos corporais, movimentos e encenações de todos os tipos constituem a ilusão de um “eu” generificado permanente. [...] Se o fundamento da identidade de gênero é a repetição estilizada de atos no tempo, e não uma identidade aparentemente homogênea, existem possibilidades de transformar o gênero na relação arbitrária entre esses atos, nas várias formas possíveis de repetição e na ruptura ou repetição subversiva desse estilo. (Butler, 1998, p. 3)

Segundo Butler (1998), o conceito de gênero é uma construção a partir das relações sociais e seus atravessamentos, não se constituindo como algo fixo ou finalizado, mas sim estando sempre em (des/re)construções decorrentes de um espaço e um tempo, ou seja, concebendo-se como um fenômeno volúvel, envolto de linhas que expressam conexões relativas a determinado contexto. Deste modo, a noção de gênero passa a ser compreendida como um ato performativo, demonstrando que sua expressão decorre de improvisações e de construções culturais relativas ao contexto no qual nos situamos, ou seja, performatizamos múltiplos gêneros, em diversas situações, com o propósito de nos adequarmos às esferas

sociais variadas (Coelho, 2018). Em acréscimo, concordamos com Butler (1998), quando a autora afirma que:

O gênero não é passivamente inscrito no corpo nem determinado pela natureza, a língua, o domínio simbólico ou a assoberbante história do patriarcado. O gênero é aquilo que se supõe, invariavelmente, sob coerção, diária e incessantemente, com angústia e prazer. Se esse ato contínuo, porém, é tomado como um fato natural ou linguístico, renuncia-se ao poder de ampliar o campo cultural corporal com performances subversivas de diversas classes. (Butler, 1998, p. 16)

Dessa forma, cabe salientar que o panorama a respeito dos conceitos de gêneros não visa engessar a dimensão de ser/estar e se entender mulher. Isso porque as vivências múltiplas delas não devem ser amalgamadas em único significante, pois o uso do termo “mulheres”, como uma categoria homogênea, inviabiliza todas as cores, formas e facetas, não permitindo, assim, a vazão da pluralidade e das diferenças que compõem todo o ser e estar mulher.

Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma ‘diferença’ - dentro da diferença. Ou seja, a categoria ‘mulher’, que constituía uma identidade diferenciada da de ‘homem’, não era suficiente para explicá-las (Rachel Soihet; Joana Maria Pedro, 2007, p. 287).

Para ampliar essa concepção, retomamos Carla Akotirene que, em sua obra “Interseccionalidade” (2020), oferece uma importante compreensão sobre como as intersecções de opressão afetam as mulheres negras. Akotirene faz uma profunda análise e crítica sobre como as categorias de raça, gênero e classe se entrelaçam e produzem experiências únicas de marginalização e resistência. No livro, somos apresentadas ao conceito de interseccionalidade, designado dessa forma por Kimberlé Williams Crenshaw, norte-americana defensora dos direitos civis e uma das principais estudiosas da teoria crítica da raça.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p. 177)

Ao se adotar o conceito de interseccionalidade, compreendemos que essa é, antes de tudo, uma forma de analisar a interação entre estruturas sociais e seus tensionamentos políticos e legais (Akotirene, 2020). Segundo a autora (2020, p. 43), a interseccionalidade “[...] impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos”, assim, em vez de ajuntar identidades, busca visualizar quais processos estruturais perpassam os corpos, bem

como os posicionamentos que redirecionam a subjetividade, uma vez que são experiências norteadas por e ao longo de seu contato com as estruturas, muitas dessas coloniais e opressoras. Como consequência, torna-se necessário considerar todos os seus atravessamentos, mesmo que eles não estejam explicitamente manifestados em determinado momento ou situação (Akotirene, 2020).

Ainda conforme Crenshaw, “a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo” (*apud* Akotirene, 2020, p. 19). Isto é, compreende-se que os diversos eixos de poder, como raça, etnia, gênero e classe, integram as chamadas avenidas identitárias, nas quais se moldam os territórios sociais, econômicos e os políticos.

Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. (Crenshaw, 2002, p. 177)

No entanto, antes mesmo de ser denominado o termo “interseccionalidade”, há de se observar o grande recorte histórico de mulheres negras e feministas que já questionavam seus direitos, percebendo como os marcadores sociais atravessavam seus corpos e as localizavam em um território de segregações e opressões, excluídas das pautas feministas, as quais, até então, encaravam a categoria “mulher” de forma hegemônica e singular (Giceli Carvalho Batista Formiga; Dinamara Garcia Feldens; Roberta Gusmão Arditti, 2023). Contrárias a essa ideia pré-concebida, propuseram o rompimento com o ideal identitário do “ser mulher” (Formiga; Feldens; Arditti, 2023).

Sojourner Truth, ativista dos direitos das mulheres e dos afrodescendentes, em seu discurso denominado “E eu não sou uma mulher?”, proferido na Convenção de Direitos da Mulher no ano de 1851, já questionava como uma sociedade racista proporciona uma experiência de vida diferente para mulheres negras, uma vez que estariam longe do ideal de sujeito da luta feminista (Djamila Ribeiro, 2020).

[...] Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros, e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou eu uma mulher? Consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem - quando tinha o que comer - e aguentei as chicotadas! Não sou eu uma mulher? Pari cinco filhos, e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou eu uma mulher? (Sojourner Truth, 1851, *apud* Djamila Ribeiro, 2020, p. 19)

Conforme Formiga, Feldens e Arditti (2023), as mulheres negras compreendiam que a exclusão enfrentada não era uma consequência à parte por serem mulheres, negras ou pobres, nem resultava simplesmente da soma dessas condições. Todavia, a exclusão é derivada dos atravessamentos desses marcadores de forma articulada, como gênero, classe, raça, sexualidade, religião, regionalidades, entre tantos outros, que se interseccionam mutuamente. Entendemos que essas intersecções denotam lugares de opressão distintos para as mulheres negras, diferentes daqueles enfrentados pelas mulheres brancas ou pelos homens negros. Posto isso, conforme é possível compreendermos, o histórico do feminismo nem sempre abarcou todas as conjunturas que atravessam o ser e estar mulher. Por esse motivo, reconhecemos a importância de um movimento feminista capaz de acolher e valorizar todas as narrativas que compõem a trajetória da pluralidade feminina.

Tendo explorado as premissas do que é gênero e do que é ser mulher, despedimo-nos desta estação de conteúdo mais teórico e histórico. Essas teorizações nos levaram a caminhar junto a mulheres que fortaleceram nossas lentes e aqueceram nossas práticas, para adentrar em nossas experiências e vivências enquanto estagiárias e cartógrafas. Essas práticas brotam como um florilégio de intervenções acadêmicas, as quais foram proporcionadas pelos nossos encontros com as mulheres, usuárias de políticas públicas e suas narrativas.

Assim, seguimos brotando e nos ramificando pelo meio, resistindo aos destinos predeterminados, aceitando os riscos, os sucessos e os fracassos das nossas andanças acadêmicas, com o entendimento de que esse processo envolve integrar-se aos territórios, criando e compondo com as (in)certezas vivenciadas no caminho, rasgando os mapas e abraçando as novas possibilidades e formas de vida(s), como nos indicam as pistas desta cartografia.

Estação III - entre nós: o hiato de nossos e outros corpos

“[...] Enquanto pensam-me estática
Desvio... Errática em rotas que eu mesma invento
Tento viver cada instante em sua eternidade
Dentro de mim baila um CAOS, pura intensidade
Uma pluralidade que vibra viagens por terrenos
que borram o si-mesmo e me entregam a um
plano de experimentação de possibilidades
existenciais e estéticas
Em mim e através de mim falam diversas vozes, e
inclusive as minhas, as nossas, as suas”.

(Deivison Miranda)

Para compor as nuances e todos os atravessamentos em relação aos nossos corpos enquanto estar *psi* em práticas do cuidado em uma Unidade Básica de Saúde, acolhendo a multiplicidade das mulheres que usam desse serviço e florescem no entre, foi necessário utilizar uma metodologia com uma proposta voltada a encontrar e acompanhar as processualidades desses movimentos, os quais nos envolvem, afetam e demandam novas reinvenções de nós. Para isso, a metodologia escolhida foi a cartografia social, proposta por Deleuze e Guattari, que emergiu a partir da ideia de rizoma, cujo princípio e expressão acontecem por meio da experiência e da performance, processo “inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real” (Deleuze; Guattari, 1995, p. 22).

A cartografia se apresenta como valiosa ferramenta de investigação, exatamente para abarcar a complexidade, zona de indeterminação que a acompanha, colocando problemas, investigando o coletivo de forças em cada situação, esforçando-se para não se curvar aos dogmas reducionistas. Contudo, mais do que procedimentos metodológicos delimitados, a cartografia é um modo de conceber a pesquisa e o encontro do pesquisador com seu campo. (Roberta Carvalho Romagnoli, 2009, p. 169)

Dessa forma, ao nos engajarmos nesta jornada-travessia, fomos envolvidas e nutridas pelo estar “entre” corpos, reconhecendo-nos enquanto cartógrafas. Isso nos possibilitou esboçar, ousar, desafiar as convenções e ir além do que estávamos habituadas a produzir e a realizar nas práticas impostas e transmitidas pela redoma academicista como norma ou forma correta de se intervir. Buscamos, então, delinear e dar formas à pesquisa, não necessariamente alinhadas às noções de regras ou simetria; em vez disso, exploramos perspectivas a serem compreendidas e acolhidas pela sensibilidade do vivido, do experimentado, daquilo que transcende e pluraliza as diversas maneiras de tramar, inventar e produzir. Afinal, de acordo com Denise Mairesse (2003, p. 259), cartografar “[...] desencadeia um processo de desterritorialização no campo da ciência, para inaugurar uma nova forma de produzir o conhecimento, um modo que envolve a criação, a arte, a implicação do autor, artista, pesquisador, cartógrafo”.

A cartografia, diferente do mapa que representa um plano imóvel, pode ser entendida como um processo de criação desenvolvido simultaneamente às transformações das paisagens, acompanhando e registrando seus movimentos contínuos. Assim, a cartografia acontece em paralelo ao processo de desmanche de certos mundos, ao mesmo tempo que possibilita a criação de outros, nos quais os afetos podem transbordar (Suely Rolnik, 2016).

Sendo tarefa do cartógrafo dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que,

atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias. O cartógrafo é antes de tudo um antropófago. (Rolnik, 2016, p. 23)

De acordo com Passos e Regina Benevides de Barros (2020), a cartografia, como um método de pesquisa-intervenção, não se estabelece por modos prescritivos que seguem a ordem de regras fixas, tampouco objetivos predefinidos. Contudo, as autoras supracitadas ressaltam que, apesar de a cartografia não possuir regras pré-estabelecidas, ela não é criada como um caminho sem direção, pois sua ideia central seria reverter o sentido tradicional do método, sem dispensar a orientação do percurso. Assim, em vez de seguir um caminho para alcançar metas fixas (metá-hódos), destaca-se por apostar no caminhar e, durante a jornada, rabisca suas metas (hódos-metá). Ao estabelecer essa reversão, sugere-se que o caminho experienciado pelo cartógrafo orientará e redefinirá o fluxo da pesquisa, o qual emerge sempre por pistas decorrentes das afet(ações) vivenciadas.

Ao se envolver em um campo de formação-intervenção, entende-se que a cartógrafa adentra em um processo já em fluxo, habitando um território no qual, a princípio, ela não habita. Desse modo, situadas enquanto cartógrafas, infiltramo-nos na Unidade Básica de Saúde como estrangeiras, desbravando o território pela sensibilidade dos olhares, imbricadas pelos processos de escutas, texturas e sensações que, no entre, movimentou-nos e convidou-nos a dançar em todos os ritmos, passos e frequências possíveis (Laura Pozzana de Barros; Virgínia Kastrup, 2020). Logo, torna-se necessário que a cartógrafa se aproprie de um tipo de sensibilidade, pois, “entender, para o cartógrafo, não tem nada a ver com explicar e muito menos com revelar. [...] O que há em cima, embaixo e por todos os lados são intensidades buscando expressão” (Rolnik, 2016, p. 66).

Essas intensidades ganharam palco nas conversas decorrentes das orientações das atividades práticas, nos escritos e ditos dos relatórios de estágio e nos extensos estudos, que contribuíram para a construção do repertório teórico de nossa atuação profissional como futuras psicólogas. Nesse contexto, fortalecemo-nos uma à outra, indo além da formação individual, mas potencializando e agenciando forças de um coletivo, o qual se fazia vivo em cada angústia e alegria, cada conquista e pesar, cada dor e delícia presentes nas vivências como estagiárias e fazendo dessas experiências o que Butler (2023) denomina como corpos em aliança.

Nesta pesquisa-intervenção, foi necessário que nos apropriássemos de instrumentos para embasar nossas práticas *psi*. Para isso, utilizamos o conceito que Deleuze e Foucault (1979, p. 71) nomeiam como caixa de ferramentas, cujo entendimento é descrito da seguinte

forma: “[...] É preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma. Se não há pessoas para utilizá-la, a começar pelo próprio teórico que deixa então de ser teórico, é que ela não vale nada ou que o momento ainda não chegou”. Dessa forma, nossos instrumentos e intervenções não seguem um roteiro estanque e fixo, pois o seu funcionamento foi reinventado a partir das demandas e necessidades que surgiram em cada subjetividade, tempo e espaço. Assim, dançando por entre as possibilidades que emergem e nos convidam para a atuação, buscamos criar e encontrar o instrumental de nossas práticas, sem formatar o encontro a partir de um pragmatismo capaz de reproduzir ideais determinados e inertes. Em vez disso, procuramos criar outras possibilidades em conjunto com as usuárias, a partir dos acasos e surpresas que estão em movimento constante em nossas vivências como estagiárias.

Em nossas práticas, tivemos como plano de experimentação as visitas domiciliares, que nos levaram a realizar um rompimento do local pré-definido de atuação, para acolher as demandas nos territórios onde elas emergiram. Ao nos deslocarmos, fomos ao encontro de vidas, muitas vezes, incapazes fisicamente de acessar os serviços da UBS sozinhas, reafirmando assim uma Psicologia que nos convida a questionar para quais corpos estamos construindo nossa atenção e cuidado e até mesmo onde a nossa práxis pode e quer alcançar. Conforme adentrávamos a realidade dessas mulheres, foi possível conhecer o que a vida lhes oferecia de único, surpreendente e desafiador, promovendo saúde mental por meio da escuta ativa e da valorização das potencialidades, tanto individuais quanto coletivas, incluindo o respeito à autonomia e ao cuidado de forma corresponsabilizada, elementos essenciais para a prática em saúde.

Para isso, fez-se importante trazer na “caixa de ferramentas” uma forma de registrar todas as sensações e vibrações de nosso corpo. Assim, cada encontro foi descrito em diários de campo (DC) semanais para serem lembrados e revividos como força motriz para as próximas intervenções. Esses registros, assim como Brunini (2022, p. 29) referenciou e nomeou, foram considerados diários afetivos, pois “[...] ajudam a memória a suprir suas falhas e oferecem, de modo esquemático, um ar nostálgico a cada detalhe esboçado durante o admirar de paisagens, o que permite revisitá-las no ato da escrita, produzindo um holograma destas vivências”.

Ademais, a respeito da escrita desses relatos, podemos afirmar que:

[...] compor a escritura de um DC, como temos operado em nossas cartografias, é também um agir intuitivo e muitas vezes assíncrono, um registro que se dá tanto simultaneamente ao ato de percorrer o campo e se experienciar concretamente os encontros produzidos pela pesquisa, como também antes ou depois desse “campo”, quando lembranças, percepções e emoções seguem dançando pelo corpo do

cartógrafo a cada momento em que a intuição é ativada nas lembranças, e a cada novo encontro que processa encontros anteriores, emergindo um rebuliço que, por sua vez, faz emergirem mais outros escritos sobre anotações anteriores, em uma cadeia intertextual. Portanto, ao registrar esses acontecimentos em si e no DC, o cartógrafo o faz como pode a cada momento, e não está em jogo somente encontrar formas específicas de escrita, e sim, mais do que isso, buscar uma língua que seja própria a cada acontecimento, língua essa que faz parte do corpo do cartógrafo que nessa produção busca sempre estar atento, presente, disponível e sensível aos acontecimentos. (Lieberman; Lima, 2015 *apud* Slomp Junior *et al.*, 2020, p. 11-12)

Esses diários têm vazão para existir considerando um posicionamento que assumimos no “lugar de escuta”, termo empregado por Melina Garcia Gorjon, Danielly Christina de Souza Mezzari e Laura Pampana Basoli (2019). Nessa conjuntura, assumimos um compromisso ético, estético e político em exercer uma escuta ativa, ou seja, almejamos não apenas o reconhecimento dos sons que vibram os tímpanos, mas promovemos uma compreensão integral e complexa da subjetividade e do contexto cultural no qual estão as sujeitas que proferem suas falas, vibrando a alma, tanto na UBS quanto na Clínica-escola, bem como nas visitas domiciliares. Esse passa a ser um exercício possível para agenciar “[...] a potência de deixar-se afetar pelas turbulências que as diferenças provocam e de digerir tais turbulências” (Rolnik, 1992, p. 10-11). Gorjon, Mezzari e Basoli (2019) descrevem a escuta como uma experiência de alteridade, pois, a partir dela, torna-se viável uma abertura para as relações além de nossos contornos identitários, sendo possível reconhecer que somos todas linhas de uma rede comunitária, como rizomas. Dessa maneira, deixemos ser afetadas pelos silêncios, pelos sussurros, pelos gritos e pelas nuances de cada momento, pois entendemos que:

Escutação é escuta+ação+olhar que escapam e resistem aos usos acostumados e acomodados dos ouvidos, da boca, dos olhos, das mãos que escrevem relatórios, dos pés que caminham nos territórios rumo às visitas domiciliares. Sobretudo, não é preciso ver, ouvir, falar, andar. Escutação se faz com o corpo que se tem, transita entre territórios físicos e subjetivos, dos jeitos possíveis e no tempo necessário, com todos os sentidos, não só os conhecidos. (Letícia Maísa Eichherr; Lílian Rodrigues da Cruz, 2022, p. 10)

Ao exercitarmos os diálogos sobre o “lugar de escuta”, passamos a nos firmar com uma ética de que escutar não se restringe apenas a ouvir ruídos, mas sim a agenciar a leitura de produções fruto do saber de minorias, amplificando as vozes, muitas vezes, silenciadas, as quais se refletem em nossas práticas, escritas e em nosso sentir, politizando nossa atuação e formação como psicólogas por meio do exercício da alteridade (Gorjon; Mezzari; Basoli, 2019, p. 3)

Durante nossas travessias nesta pesquisa-intervenção, pudemos entrar em contato com diversas autoras, as quais marcaram presença pela bravura, potência e resistência,

fortaleceram nossas lentes ao dialogar sobre as pautas feministas, de gênero, raça, e classe, reivindicando o direito de estar/ser forma plural no mundo. Assim, floriram as obras de autoras como: Gloria Anzaldúa, Audre Lorde, Sojourner Truth e tantas e tantas outras, as quais podem ser descritas como:

Mulheres ousadas, valentes, excêntricas, que fogem das normas, recusam o autoritarismo e a violência, desistem de casamentos tranquilos e da paz do lar domesticado, para descobrirem o mundo, dedicarem-se aos rejeitados e marginalizados [...] ou para encontrarem-se consigo mesmas, produzindo novos modos de estar no mundo. (Margareth Rago, 2013, p. 311)

Somos muito gratas pelo encontro com autoras outras não resignadas ao hegemônico, que desafiaram fronteiras, criando linhas de fuga, mostrando a arte inventiva de ser e estar mulher, por esse motivo, só nos resta agradecer...

Obrigada, Gloria, por nos ensinar a importância de reafirmar a voz das mulheres marginalizadas, por encorajar as escritoras do Terceiro Mundo a romperem o silêncio imposto por uma sociedade patriarcal e colonizadora e, acima de tudo, por enfatizar a necessidade de se escrever de forma autêntica, por meio de sua “escrita orgânica”, tão marcante para nós neste processo de produção enquanto estagiárias e como escritoras que sentiam a necessidade de externalizar o visceral, colocar “as tripas no papel”. Estávamos comprometidas não apenas em sintetizar as teorias estudadas, mas em criar algo a partir do que estava em seu estado bruto e latejante, partindo dos fatos vividos e sentidos. Nesse lugar, sentíamos tanto medo de escrever, mas sentíamos ainda mais medo de não escrever... Como bem nos instigou: “Joguem fora a abstração e o aprendizado acadêmico, as regras, o mapa e o compasso. Sintam seu caminho sem anteparos. Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais — não através da retórica, mas com sangue, pus e suor” (Anzaldúa, 2000, p. 235).

Obrigada, Audre, por nos ensinar a romper com a tirania do silêncio que nos emudece, censura e aniquila, pois, retomando suas palavras, “[...] a fala me recompensa, para além de quaisquer outras consequências” (Lorde, 2019, p. 49). Assim, nosso silêncio não nos salvará e, apesar do medo, a ação e a fala são poderosas ferramentas de resistência e transformação, em especial quando nos encontramos em um coletivo, entre diferenças e similaridades, ampliando como megafones os brados marginalizados. Essa tomada de decisão dá espaço à avalanche de transformações, externalizando e validando o sentir de tantas mulheres que clamam para serem ouvidas, reconhecendo “[...] nossa responsabilidade de buscar essas palavras, de lê-las, de compartilhá-las e de analisar a pertinência delas na nossa vida” (Lorde, 2019, p.53). Que a vida não seja um processo adoecedor, engolindo opressões e sucumbindo a elas; que o medo não paralise nenhuma de nós; e que nossos silêncios se metamorfoseiem em

linguagem e ação. “Quais são as palavras que você ainda não tem? O que você precisa dizer? Quais são as tiranias que você engole dia após dia e tenta tomar para si, até adoecer e morrer por causa delas, ainda em silêncio?” (Lorde, 2019, p. 50-51)

Obrigada, “velha Sojourner”, por nos ensinar a importância de desafiar as injustiças e a discriminação, a reivindicar nossa própria voz e a lutar pelos direitos e pela dignidade de todos, independentemente de raça, gênero ou classe social. Isso porque mesmo antes de existirmos neste mundo, sua voz já questionava a universalização da categoria mulher, abrindo portas para reflexões que, em nosso tempo espaço, escrevendo em laptops, continuam sendo extremamente pertinentes e ainda reverberam entre os corpos que resistem ao hegemônico e às estruturas dominantes. Retomamos a força de Sojourner (Truth *apud* Ribeiro, 2020, p. 34), ao afirmar: “Eu não estou indo embora/ Vou ficar aqui/ E resistir ao fogo.

Sentimo-nos bem agradecidas por todas as que floriram durante este percurso. Contudo, entre tantas mulheres, não poderíamos encerrar esta estação sem agradecer àquela que nos amadrinou nesta jornada e, como uma bússola, orientou estes escritos, sendo colo e sendo bronca, ensinando para além das teorias, demonstrando como o afeto revoluciona a vida e o coletivo. Falar sobre a Bárbara talvez seja trocar o singular para o plural para quiçá tentar abarcar toda a multiplicidade que esse corpo carrega.

Obrigada, Bárbara, nossa “Ninny”, por nos mostrar as possibilidades de nossas subjetividades dentro desse sistema, por questionar sempre normas e padrões instituídos e nos mostrar a arte inventiva de (re)criar nesta sociedade, por abraçar todas as nossas miragens e sonhar conosco. Obrigada por nos ensinar semanalmente a potência de um corpo e nos impelir a lutar por uma vida mais justa e digna de ser vivida. Obrigada por ser inspiração, abraço e sopro para a vida, para aquela que sempre foi do todo, o nosso muito obrigada por tudo e tanto.

O estágio se tornou uma vivência que ecoa pelo percurso, impulsionada pelo desejo de ultrapassar os contornos de um texto acadêmico, de escapar das paredes da universidade e das páginas das revistas científicas. Passou a ser também um texto afetivo, tecido no fio do pertencimento, da experimentação e dos afetos, o qual “[...] nos desestabiliza e nos coloca a exigência de criarmos um novo corpo, em uma existência, em nosso modo de sentir, de pensar, de agir, etc., que venha encarnar este estado inédito que se fez em nós” (Rolnik, 1993, p. 2), expandindo os horizontes da pesquisa para além da nossa imaginação.

A inserção nos territórios, enquanto aprendiz-cartógrafa, é aberta à experiência do encontro e ganha consistência de pertencimento quando habitando nele, na demonstração de

seu caráter receptivo aos acontecimentos, respeitoso à alternância de alguns fluxos. Em suma, interessa à cartografia acompanhar e problematizar os efeitos dos dispositivos e seus processos de produção de subjetividades, bem como o cruzamento e o embaralhar de suas linhas para que elas se transformem em linhas de subjetivação para construir um plano coletivo de forças (Brunini, 2022).

E assim foram os encontros com as vozes de nossas Afet(ações), antigas certezas teóricas foram desestabilizadas pelo encontro cartográfico que interrogou nossas posturas diante das estações do estágio na formação em Psicologia e ofereceram pistas sobre outras formas de escrita mapeadas inventivamente.

O corpo cartógrafo está exposto à espreita de cada acontecimento que o faça exercitar a arte do *estar com* e produzir movimentos da ordem do devir. Ele está aberto ao plano dos afetos e intensidades, todavia, atento à maquinaria do poder, aquela que não cabe mais em formas corpóreas disciplinadamente objetificadas para a pesquisa, as quais impedem o mundo de ser um lugar plural e de produção de vidas.

Encerramos esta estação convictas de que, em cada visita, cada encontro, cada troca, nossos corpos foram atravessados por bons afetos, como nos ensina Spinoza (2009), ampliando nossas potências e transformando o sentido das experiências vividas. Esses encontros, mais do que simples interações, tornaram-se gestos de reconhecimento mútuo, de alianças tecidas na construção coletiva, assim como Butler (2023) reconhece os corpos em aliança. Compreendemos que toda vivência compartilhada - no “prazer em te conhecer”, no acolhedor “que bom ter vocês aqui”, no convite generoso “voltem mais vezes” ou no profundo “é tão bom conversar com alguém assim” - constitui uma abertura, um espaço no qual o desejo e os devires podem circular e, acima de tudo, respirar...

Considerações finais: seriam estas todas as nossas est(ações)?

“[...] O trem que chega
É o mesmo trem da partida
A hora do encontro é também despedida
A plataforma dessa estação
É a vida desse meu lugar [...]”

(Milton Nascimento)

Ao começar a escrita destas Considerações Finais, questionamo-nos se elas seriam todas as nossas estações, ou até mesmo todas as ações, diante desta jornada-travessia que foi o

Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório Específico I, pois como menciona Deleuze (2011, p. 11), “escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida”. Dessa forma, firmadas em uma Psicologia em devir e como aprendizes de cartógrafas – de onde nos enunciamos –, entendemos que, para a Cartografia Social, nada se encerra, pois as relações e as territorialidades são sempre de ordem processual, e estão em contínua transformação e afetação.

Nesse sentido, não objetivamos, em nossa jornada, alcançar um resultado ou uma conclusão definitiva, mas sim mapear os diferentes territórios, fluxos e conexões que se manifestam de forma imprevisível e em constante mutação. Consideramos difícil até mesmo escrever a dita “conclusão” deste relato, pois é sofrido encarar o final de algo tão dotado de carinho e sentimentalidade, tornando-se árduo o ato de organizar palavras para transcrever afetos tão borbulhantes, que pulsaram no sentir, escaparam às nossas palavras e persistem na rememoração.

Em consequência, podemos dizer que:

[...] cartografias não finalizam, cartografias não devem ser feitas, elas simplesmente acontecem e seguem acontecendo. As ressonâncias que ela provoca não acabaram com o último ponto final desse texto; elas ecoam. Cartografar é um exercício de entrega, que exige de nós, aprendizes de cartógrafos, sensibilidade para ser afetado, ao passo que também exige atenção e silêncio para ouvir o inaudível e o invisível, para os sentidos e o pensamento. (Luana Carneiro Bezerra, 2022, p. 112)

Percebemos a dificuldade de transcrever as sensações, as experiências e os acontecimentos vivenciados no encontro. Foi/é como se todas as palavras que ousássemos escrever não fossem suficientes para representar as percepções afloradas no entre, mas seguimos tentando, escrevendo, mesmo não sabendo onde iremos chegar. Ou seja, não pretendemos que isso seja um encerramento, mas permitimos às emoções ditarem as palavras, na esperança de que estas linhas formem conexões e assumam a ordem de rizomas, não possuindo início, meio ou fim determinado. Fazemos desta escrita a cartografia de nossa experiência.

Em nossa posição de cartógrafas, aprendemos também o quanto fomos corpos em passagem ao longo desta experiência, afetando territórios, bem como sendo afetadas por ele. Reconhecemos que não saímos daqueles encontros da mesma forma, bem como possivelmente as mulheres com as quais dividimos nossas experiências também não foram mais as mesmas. Algo mudou, ainda bem...

Ao nos lançarmos nesta experiência, não abandonamos o medo dos desdobramentos de um caminho que, no meio, vai descobrindo seus trilhos, seus rumos e suas linhas de fuga,

sem silenciar o sentir e a sensibilidade de se estar com e junto às outras. Este percurso, por sua vez, não mirava em um objetivo final, uma conclusão, e sim em se deleitar com o processo que é ser e estar estagiária, e na arte da formação como psicólogas/cartógrafas, vislumbrando novas maneiras interventivas de produzir conhecimento e ver o mundo, de uma forma sempre plural.

Compreendemos que estes escritos pertencem à ordem do vivido, sentido e do que vibrou em diversas entonações. Eles são como afetos que vibram e transcendem, manifestando-se em cada via de ser, estar e se situar, sempre no coletivo, nos encontros de nossos corpos e os de outros, celebrando o acontecer de cada momento, de sua intensidade e de cada sentimento. Esses afetos escapam a qualquer tentativa de mensuração, pois expressam a potência do estar “com” e “entre” vidas. Conforme Alvarez e Passos (2020, p. 147) “[...] não há outro caminho para o processo de habitação de um território senão aquele que se encontra encarnado nas situações”. Foi dessa forma que os bons encontros aconteceram, quando duas cartógrafas adentraram uma Unidade Básica de Saúde, transitaram entre corredores, ruas, e assembleias, seja por meio da escuta de narrativas na clínica-escola, seja quando recebidas nas casas, por meio das visitas domiciliares, agenciando aproximações e, por vezes, fazendo das histórias presença viva em nós.

De acordo com Butler (2023, p. 80-81):

E quando as multidões se movem no entorno das praças, pela rua lateral ou pelo beco, pelos bairros onde as ruas ainda não são pavimentadas, então alguma coisa mais acontece. Nesse momento, a política não se define por tomar lugar exclusivamente na esfera pública, distinta da esfera privada, mas atravessa essas linhas repetidas vezes, chamando atenção para a maneira como a política já está nas casas, nas ruas, na vizinhança.

As intervenções na saúde mental tiveram o papel de proporcionar novas maneiras de fortalecer as condições e os estilos de vida, promovendo novas possibilidades, com foco na produção e promoção da saúde, não se limitando apenas ao tratamento de doenças. Isso implica na crença de que a vida pode ser percebida, experimentada e vivida de múltiplas formas. Logo, é essencial considerar o sujeito em todas as suas dimensões, incluindo desejos, aspirações, valores e escolhas, a partir de intervenções desenvolvidas no cotidiano dos encontros entre profissionais de saúde e usuários, sendo que ambos colaboram para a criação de novas ferramentas e estratégias para compartilhar e construir juntos o cuidado em saúde (Brasil, 2013b, p. 23).

Dessa forma, faz-se importante a Cartografia Social, como retomada pelo próprio Ministério da Saúde:

Ora, a cartografia pressupõe que o cartógrafo se deixe encharcar pelas vivências nos cenários os quais está observando, estudando, atuando, trabalhando, promove uma mistura de sujeito e objeto; abre seu corpo aos afetos possíveis que os encontros proporcionam; procura captar o movimento, processos, formas de produção da vida e a vida em produção (Rolnik, 2006; Passos, Kastrupp; Liliana da Escóssia, 2009 *apud* Brasil, 2013b, p. 45)

Trata-se de um constante situar e produzir de forma ética e ordenada, cuja direção é determinada pelo pulsar das diversas maneiras de ser e estar no mundo, reafirmando assim o compromisso com uma política humanizada e humanizante, de forma a romper com a dicotomia da relação sujeito-objeto, mecanizada e repetitiva, que segrega e marginaliza e não vai ao encontro das demandas, e por isso torna-se uma prática inadequada às necessidades da população atendida (Castro; Kabengele, 2021, p. 8).

Esse posicionamento de uma intervenção e ação plural, está em consonância com o art. 5.º da Resolução do Conselho Federal de Psicologia n.º 17/2022, no que se refere à atuação da psicóloga na Atenção Básica, pautada nos atributos desse nível de atenção à saúde, especialmente quanto à equidade, à integralidade, à universalidade de acesso, à longitudinalidade, à atenção no primeiro contato e à coordenação do cuidado. Assim, Maria Lívia do Nascimento, Juliane Macedo Manzini e Fernanda Bocco (2006, p. 19) afirmam que é preciso reinventar as práticas psicológicas,

[...] criando um constante estranhamento dos paradigmas e realidades que se apresentam como prontos, autorizando-nos a inventar, no cotidiano, estratégias que não obedeçam às fórmulas prescritas, mas que, pelo contrário, possibilitem o exercício de autonomia em nossas análises e gestões do dia a dia.

Dessa forma, a política de saúde construída no âmbito do SUS deve reconhecer a existência do gênero como uma das dimensões organizadoras das relações sociais que produzem desigualdades, para assim respondê-las, com vistas à promoção da equidade de gênero. Situadas nessa perspectiva, embarcamos em um compromisso de cessar a negligência dos direitos das mulheres, em especial no que tange à saúde mental (Ferraz; Kraiczky, 2010).

Durante os contornos de nossa pesquisa-intervenção, tornou-se essencial tecer movimentos migratórios que nos retirassem da redoma científica e academicista, permitindo-nos contemplar novas miragens. Ao lado dos corpos que nos revelaram a rua, compreendemos que a Psicologia transcende a mera teoria; ela se apresenta como um caminho, um pulsar que adentra territórios, bate à porta, toca a campainha, pede licença e mergulha nas histórias surgidas, acolhendo o aflorar de cada sentir. É nessa ciência que acreditamos e pela qual lutamos; por uma prática que rompe barreiras, (re)constrói realidades

e tonifica sempre o desejo, pois, como afirmam Ana Cássia Hungaro Cogo, Milene Favero Dociati Maetiase, Rafaela Ana Zuntini Costa e Brunini (2024, p. 13), essas ações “[...] têm o potencial de, juntas, (re)construir movimentos rizomáticos que vão além das limitações impostas pela cientificidade acadêmica ou pela imposição epistêmica da própria Psicologia”.

Assim, celebramos a vida em suas múltiplas formas, transformando-nos não apenas em observadoras, mas em co-criadoras de um saber em constante metamorfose, revelado nas intersecções, desencontros e reencontros intrínsecos à intensidade da vida, que buscam sempre linhas de manifestação.

Escolhemos nos lançar em territórios de afetividade, traçando mapas de experiências vividas, abrindo caminhos pelas múltiplas formas de existir e sentir o mundo. Cada subjetivação cultivada tornava-se uma fenda, uma linha de fuga redesenhando as fronteiras entre o corpo que mapeava, o campo de atuação, a formação construída e os encontros que nos atravessaram. Assim, emergiram contornos sutis para as afetações que brotavam dos bons afetos e dos encontros vivenciados. Ao final de cada encontro, saímos diferentes.

De um bom encontro sempre se sai diferente, sempre se produz alguma diferença. Um bom encontro é uma relação estética, é possibilidade de investir nas sensibilidades em questão e transformá-las, transtorná-las, reinventá-las. É possibilidade de intensificar a força de existir, a potência de vida. De reinventar ao outro e a si mesma/o, de produzir se outro. De produzir corpos outros. (Andréa Vieira Zanella, 2017, p. 54)

Estivemos alicerçadas nas diversas Psicologias, que abraçam as múltiplas subjetividades, desvinculando-se, assim, de pré-concepções, conceitos rígidos e estruturados, extrapolando a materialidade daquelas formações ainda sustentadas na neutralidade da ciência. Assim, oportunizamos o florescimento de novas e inventivas formas de ser, estar e vivenciar o mundo, almejando, assim, valorizar e reconhecer a pluralidade dos sujeitos, entendendo que esse movimento não só amplifica suas vozes silenciadas, mas também reverbera pertencimento. Isso porque “[...] a vida não é o que se passa apenas em cada um dos sujeitos, mas principalmente o que se passa entre os sujeitos, nos vínculos que constroem e que os constroem como potência de afetar e ser afetado” (Brasil, 2010).

A formação acadêmica foi ressignificada pela escuta ativa e pela valorização dos espaços comunitários como campo de produção de saberes coletivos, enquanto a prática da psicologia em saúde pública floresceu como um ato político e ético, em que a transformação se constitui como mútua e constante. Cada encontro na UBS, ao mesmo tempo em que potencializava as intervenções, também desafiava a repensar nossas práticas, nossas subjetividades e os territórios ocupados por nós. É nessa tensão entre teoria e prática que o

aprendizado se torna vivo, atravessado pela experiência e pela diferença, apontando para novas formas de atuação na saúde mental e na formação acadêmica.

Nosso percurso cartográfico, estar estagiárias de Psicologia em uma Unidade Básica de Saúde, revelou a potência dos encontros rizomáticos entre a atuação profissional e o encontro com as usuárias das políticas públicas de saúde. A prática da cartografia permitiu uma vivência sentimental e processual, rompendo com os modos tradicionais de aprender, escrever e intervir, em especial, por meio das afetações reverberadas por esse processo em nossas vivências, bem como de todas as mulheres que cativamos pelo caminho. Em concordância com Leticia Bottura Calvoso (2020, p. 92), “defendemos que os afetos podem ser ferramentas potentes para um delineamento ético-político mais presente e efetivo nas formas como concebemos, produzimos e praticamos o conhecimento científico da psicologia”. Essa perspectiva permite, a partir de outro olhar - mais atencioso e sensível -, criar fissuras de novas dimensões do sentir e viver, produzindo uma psicologia de devires possíveis, combatendo a reprodução alienada, marginalizante e enrijecida a respeito da saúde mental, para assim, florescer no entre, afinal, “existe um certo milagre nos encontros” (Carla Madeira, 2021, p. 109).

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020, 152 p.

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KATRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividades*. Porto Alegre: Sulina, 2020. p. 131-149.

ALVES, Edvânia dos Santos; FRANCISCO, Ana Lúcia. Ação psicológica em saúde mental: uma abordagem psicossocial. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 29, n. 4, p. 768-779, abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/YpCPnpqwGqmxVqNzTKZj36c/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2024.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 15 ago. 2024.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In.: PASSOS, E.; KATRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividades*. Porto Alegre: Sulina, 2020, p. 52-75.

BEZERRA, Luana Carneiro. *Experimentações cartográficas em pesquisas curriculares*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Belém, 2022. Disponível

em:<https://ppeb.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Disserta%C3%A7%C3%B5es/2022/DISSERT A%C3%87%C3%83O%20LUANA%20CARNEIRO%20BEZERRA.pdf>. Acesso em: 03 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saiba mais sobre a APS*. Brasília, DF: [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sus>. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Acolhimento à demanda espontânea*. Cadernos de Atenção Básica, n. 28, vol. I. 1ª ed. 3ª reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2013a. Disponível em:https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_demanda_espontanea_cab28v1.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Saúde mental*. Cadernos de Atenção Básica, n. 34. 1ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013b. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. *Acolhimento nas práticas de produção de saúde*. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em:https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_praticas_producao_saude.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004, 82 p. Disponível em:https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*, 1990. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRUNINI, Barbara Cossettin Costa Beber. *Estágio Específico I - Boas Vindas*. E-mail recebido em 13 mar. 2024. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRUNINI, Bárbara Cossettin Costa Beber. *Ad/mira/ação: mulheres docentes feministas e suas práticas descolonizadas na formação em psicologia*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. *Caderno de leituras*, n.

78, 1988. Disponível

em:https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno_de_leituras_n.78-final.pdf.

Acesso em: 18 jun. 2024.

CALVOSO, Leticia Bottura. *Por uma ciência sensível: um olhar ético-político sobre os afetos na produção científica da Psicologia*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020. Disponível

em:<https://ppi.uem.br/arquivos-para-links/teses-e-dissertacoes/2020/leticia-bottura>. Acesso em: 11 set. 2024.

CASTRO, Crystiane França Silva; KABENGELE, Daniela do Carmo. A atuação do psicólogo no contexto do SUS: repensando práticas. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 16, n. 1, p. 1-10, jan.-mar. 2021. Disponível

em:http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e2905. Acesso em: 14 jun. 2024.

COELHO, Mateus Gustavo. *Gêneros desviantes: o conceito de gênero em Judith Butler*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em:<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191493>. Acesso em: 17 ago. 2024.

COGO, Ana Cássia Hungaro; MAETIASE, Milene Favero Dociati; COSTA, Rafaela Ana Zuntini; BRUNINI, Bárbara Cossettin Costa Beber. (Re) criação de espaços de rede e de atenção integral às mulheres: práticas interventivas na formação em Psicologia. *Conversas em Psicologia*, v. 5, n. 1, 2024. Disponível

em:<https://revista.unifatecie.edu.br/index.php/conversas/article/view/279>. Acesso em: 22 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Carta de serviços sobre estágios e serviços-escola*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2013. Disponível

em:<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/carta-de-servicos-sobre-estagios-e-servicos-escola12.09-2.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, v. 10, p. 171-188, 2002.

Disponível em:<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2024.

CURADO, Jacy Correa; JACÓ-VILELA, Ana María. Estudos de gênero na psicologia (1980-2016): Aproximações e distanciamentos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 41, e219132, p.1-16, 2021. Disponível

em:<https://www.scielo.br/j/pcp/a/5RkKbzYZDDxh5QHGspbwBj/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. São Paulo: Ed. 34, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução: Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Editora 54, 1997, 176 p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In.: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995, 94 p.

EICHHERR, Letícia Maísa; CRUZ, Lílian Rodrigues da. Escutação: encontros entre crianças, assistência social e pandemia. *Psicologia & Sociedade*, v. 34, p. e263894, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/3TP4sxFJqqMr3nGtPZDzdxL/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

FERRAZ, Dulce; KRAICZYK, Juny. Gênero e Políticas Públicas de Saúde: construindo respostas para o enfrentamento das desigualdades no âmbito do SUS. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 9, n. 1, p. 70-82, 2010. Disponível em: https://www.escoladesaude.pr.gov.br/arquivos/File/genero_e_saude_2.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024.

FORMIGA, Giceli Carvalho Batista; FELDENS, Dinamara Garcia; ARDITTI, Roberta Gusmão. Feminismos interseccionais: problematizando o sujeito do feminismo. *Revista Brasileira de Educação*, São Francisco, v. 28, e28008, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QbwQ6gfN4HNnqMJcDd665Hr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 GO. 2024.

FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder: Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 41-45.

GOMES, Maria Alice Vaz; PINTO, Vinicius de Oliveira; CASSUCE, Francisco Carlos da Cunha. Determinantes da satisfação no atendimento das Unidades Básicas de Saúde (UBS). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 4, p. 1311-1322, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/8KkBFNhtbDJmPH3Z5GnRndC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 jul. 2024.

GORJON, Melina Garcia; MEZZARI, Danielly Christina de Souza; BASOLI, Laura Pampana. Ensaçando lugares de escuta: diálogos entre a psicologia e o conceito de lugar de fala. *Quaderns de Psicologia*, v. 21, n. 1, e1455, 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/5ec8/44915f066f5349925cd7c75809ddb3ce9cc1.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2024.

LIV. 3º Congresso LIV Virtual - Conceição Evaristo e Lília Melo. YouTube, 2021. 1 vídeo (52 s.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=u-WESYZOLDU>>. Acesso em: 03 set. 2024.

LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Autêntica Editora, 2019.

MADEIRA, Carla. *Tudo é rio*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2021.

MAIRESSE, Denise. Cartografia: do método à arte de fazer pesquisa. In.: FONSECA, T. M. G., KIRST, P. G. (Orgs.). *Cartografias e devires: a construção do presente*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 259-271.

MIRANDA, Deivison. *Quem afinal escreve os textos dessa página?*. Facebook, 18 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/100050202261925/posts/1774802782538713/?rdid=1ZFLJ8DdqKKUrEIN>>. Acesso em: 29 jul. 2024.

NASCIMENTO, Maria Livia do; MANZINI, Juliane Macedo; BOCCO, Fernanda. Reinventando as práticas psi. *Psicologia & Sociedade*, v. 18, p. 15-20, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/kVZvS6SmJDZc59Fm5JH98TS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2024.

NASCIMENTO, Milton. *Encontros e Despedidas*. Letras Mus [1985]. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/milton-nascimento/47425/>. Acesso em: 02 set. 2024.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In.: PASSOS, E.; KATRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividades*. Porto Alegre: Sulina, 2020, p. 131-149.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora Unicamp, 2013, 344 p.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020, 112 p.

ROLNIK, Suely. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. 1992. Disponível em: <https://www4.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/homemetica.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2014.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. 2ª ed, Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2016, 248.

ROLNIK, Suely. Pensamento, corpo e devir. Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. *Cadernos de subjetividade*, v. 1, n. 2, p. 241-252, 1993.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicologia & sociedade*, v. 21, n.2, p. 166-173, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/zdCCTKbXYhjdVYL4VS8cXWh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2024.

SANTOS, Helena Miranda dos. A importância de discutir gênero na Psicologia. In.: ANDRADE, D. S. V.; SANTOS, H. M. dos (Org). *Gênero na psicologia: articulações e discussões*. Salvador: CRP-03, 2013, p. 19-34.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 2ª ed. Recife: SOS Corpo, 1995 [1989]. Disponível em: <https://encl.pw/RdB8o>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SCOTT, Joan Wallack. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, n. 3, p. 11-27, 1994. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1721/1705>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SLOMP JUNIOR, Helvo; MERHY, Emerson Elias; ROCHA, Monica; BADUY, Rossana Staevie; SEIXAS, Clarissa Terenzi; BORTOLETTO, Maira Sayuri Sakay; CRUZ, Kathleen Tereza da. Contribuições para uma política de escritura em saúde: o diário cartográfico como

ferramenta de pesquisa. *Athenea digital: revista de pensamento e investigación social*, v. 20, n. 3, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/record/233285>. Acesso em: 28 ago. 2024.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, v. 27, p. 281-300, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/QQh4kZdCDdnQZjv6rqJdWCC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2024.

SPINOZA, Benedictus de. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, 240 p.

UNIPAR. *Guia de Estágio: avaliação dos estágios supervisionados específicos do curso de psicologia 2024*. Umuarama: CPA, 2024.

WHO. Declaração de Alma-Ata. Conferência Internacional de Cuidados Primários. Alma-Ata: [s.n.], 1978. In.: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Políticas de Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. *Declaração de Alma-Ata*. Brasília, DF: 6 fev. 2002. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_alma_ata.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2024.

ZANELLA, Andréa Vieira. *Perguntar, registrar, escrever: Inquietações metodológicas*. Porto Alegre: Sulina Editora da UFRGS, 2013, 183 p.